

POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS: IMPACTOS NA ASSISTÊNCIA À PESSOAS COM TEA

Public policies and training for professionals: impacts on care for people with ASD



ISSN: 2178-7514

Vol. 16 | Nº. 3 | Ano 2024

Thiago Moreira de Almeida¹, Gabriella Gulminetti Miranda, Maria Rute de Souza Luna¹,
Lucas de Menezes Maia¹, Kamila Ximenes Botelho¹,
Lucas Pinheiro Alencar¹, Suelen Costa Lima¹

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista - TEA é um distúrbio caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo que interfere na capacidade de comunicação e interação social, sendo assim esta pesquisa objetivou analisar as políticas públicas direcionadas TEA, assim como a capacitação de profissionais para atuar no atendimento multidisciplinar. Seguimos os caminhos metodológicos de pesquisa bibliográfica que se caracteriza como uma revisão sistemática bibliográfica, usando as bases de dados PubMed, Scopus, Scielo, Lilacs e Web of Science, Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde/Centro Latino-Americano. Foram selecionados estudos publicados entre os anos de 2019 e 2024 que exploram o tema proposto. Percebemos que apesar dos avanços ainda encontramos muitos desafios voltados ao atendimento à pessoa com TEA sendo necessária mais política pública e capacitação profissional para uma atenção integral, acessível e humanizada em todos os níveis de atenção à saúde.

Palavras-chave: Transtorno de Espectro Autista; Políticas Públicas; Capacitação Profissional.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a disorder characterized by altered neurodevelopmental functions that interfere with the individual's ability to communicate and interact socially. This research aimed to analyze public policies aimed at ASD, as well as the training of professionals to work in multidisciplinary care. We followed the methodological paths of bibliographic research, which is characterized as a systematic bibliographic review, using the PubMed, Scopus, Scielo, Lilacs and Web of Science databases, the Regional Portal of the Virtual Health Library/Latin American Center. Studies published between 2019 and 2024 that explore the proposed theme were selected. We realized that despite the progress made, there are still many challenges facing the care of people with ASD, and that more public policy and professional training are needed for comprehensive, accessible and humanized care at all levels of health care.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Public Policies; Professional Training.

1. Centro Universitario FAMETRO, Manaus – AM.

Autor de correspondência

Thiago Moreira de Almeida

tmda1986@gmail.com

INTRODUÇÃO

O princípio da equidade norteia as políticas de saúde pública brasileira, reconhecendo necessidades de grupos específicos e atuando para reduzir o impacto das diferenças no SUS¹. A equidade assegura que o atendimento seja realizado consoante as necessidades específicas de cada grupo, com a compreensão de que demandam intervenções especializadas, além de um acompanhamento contínuo.

Nesse contexto, o SUS se compromete a oferecer um suporte abrangente e inclusivo para esses grupos, garantindo que tenham acesso aos cuidados necessários para integrar-se plenamente à sociedade. Assim, o cuidado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é de suma importância, visto que suas necessidades aderem a um essencial pilar do SUS: a equidade. Segundo Brinster² pode-se mencionar um caso de autismo a cada 44 pessoas.

O TEA é um distúrbio caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo, interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento³. Portanto, o ideal é que as pessoas com autismo recebam atendimento baseado na promoção de saúde, com diagnóstico precoce ou diferencial, em um plano de intervenção precoce e com prevenção de agravos⁴.

No que diz respeito a uma equipe multidisciplinar, a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁵, enfatiza que para ser eficaz, essa deve

incluir profissionais de diversas áreas para atender às múltiplas necessidades desses indivíduos. Dessa forma, destaca-se também a relevância de adaptar as abordagens profissionais, utilizando técnicas de comunicação visual, ambientes adequados às necessidades sensoriais e estratégias personalizadas para cada paciente.

É essencial que a equipe esteja conectada às perspectivas de todos os seus membros, trabalhando em prol de um propósito unificado e com um senso de responsabilidade compartilhado. No Brasil, as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo⁵ enfatizam a importância da intervenção precoce e a abordagem coordenada por uma equipe de especialistas, incluindo médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

No entanto, tendo em vista o Relatório de Análise da Situação da Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Saúde⁵, a implementação dessas diretrizes enfrenta desafios significativos. A falta de recursos e a escassez de profissionais capacitados em várias regiões do Brasil resultam em desigualdades no acesso e na qualidade do atendimento.

Além disso, a integração entre os serviços de saúde e educação ainda precisa ser aprimorada para garantir um suporte contínuo e eficaz. Diante de uma necessidade constante de adequar os serviços às diferentes complexidades e diversidade em relação a problemas de saúde, se faz necessário uma reorganização em todos os

níveis de saúde baseadas em estratégias em equipes de trabalhos interprofissionais para atender a pacientes e suas especificidades. A relação das equipes multiprofissionais no atendimento ao paciente com TEA têm proporção direta na melhoria da qualidade da atenção e no custo benefício efetivo dentro do sistema de saúde⁶.

Segundo Gerdts et al.⁷, o enfoque na utilização de artifícios que tem por base modelos de avaliação e utilizam juntamente o trabalho por equipes indicam uma eficiência no diagnóstico do TEA além de ressaltar uma melhor satisfação dos familiares destes pacientes. Além disso, com Brinster et al.² a utilização de uma triagem que envolva as questões comportamentais e exames que avaliam o desenvolvimento associado a uma equipe sincronizada e multiprofissional são essenciais para gerar uma melhor eficiência e equidade no atendimento ao paciente com TEA. Portanto, essa pesquisa objetiva analisar a políticas públicas e a formação profissional voltadas as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Sistema Único de Saúde.

O Objetivo do estudo é analisar políticas públicas e a capacitação profissional voltadas as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Sistema Único de Saúde.

MÉTODOS

A busca da literatura nas bases de dados ocorreu entre agosto e setembro de 2024, nos quais foram selecionados artigos científicos

com temas envolvendo o assunto de autismo e a relação de políticas públicas associadas ao serviço público de saúde. A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática bibliográfica, usando as bases de dados PubMed, Scopus, Scielo, Lilacs e Web of Science, Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde/Centro Latino-Americano. Foram selecionados estudos publicados entre os anos de 2019 e 2024 que exploravam o tema proposto. Os critérios de inclusão foram definidos da seguinte forma: publicações dos últimos cinco anos; ser pesquisa científica e apresentar resultados; ser desenvolvida em contextos das áreas da Saúde e Educação para pacientes com Transtorno do Espectro Autista; ser publicada em português. Os estudos elegíveis contemplaram artigos científicos que analisassem as políticas públicas voltadas à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes de atendimento especializado, denominado de Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) do Brasil, além de estudos focados na formação de profissionais para o atendimento dessa população.

RESULTADOS

A análise dos resultados apresentados no Quadro 01, que compila os trabalhos de diversos autores, revela importantes perspectivas sobre o acolhimento e as dificuldades de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Os estudos analisados oferecem

uma visão abrangente sobre as abordagens multidisciplinares. Comparando os resultados de cada autor, é possível identificar padrões e discrepâncias, destacando áreas de avanço e também de fragilidade.

Quadro 01. Caracterização dos estudos incluídos na revisão sistemática bibliográfica.

Autor	Resultado
Inácio <i>et al.</i> (2024)	A formação contínua e atualizações baseadas em evidências científicas são essenciais para que profissionais de saúde adaptem seus cuidados às complexidades do espectro autista.
Tomazelli <i>et al.</i> (2023)	23.657 crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento menores de 12 anos atendidas na atenção especializada no SUS; aproximadamente 10% não deram seguimento ao cuidado. Não foi possível identificar a causa do não seguimento, que pode tanto decorrer da avaliação de que o atendimento pelo próprio serviço é desnecessário quanto estar associada a outros fatores.
Holanda <i>et al.</i> (2020)	Falta de discussão sobre o acolhimento e tratamento multidisciplinar para Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo a maioria dos estudos focando em áreas específicas e não na abordagem integrada necessária. Embora o CAPSi ofereça suporte com uma equipe multidisciplinar, o atendimento ainda é insuficiente para atender todas as necessidades das crianças com TEA. A estrutura educacional e o apoio às famílias também são inadequados.
Praia <i>et al.</i> (2023)	A atenção primária tem papel central no atendimento inicial e no encaminhamento especializado para autistas. Profissionais de saúde precisam de capacitação para diagnóstico precoce do TEA. É necessário romper paradigmas e promover mais pesquisas para melhorar o atendimento e a inclusão de pessoas com TEA.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Um dos avanços do Sistema Único de Saúde é o atendimento à criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de forma especializada. Pois, até então, recebiam atendimentos em ambulatórios de forma tradicional, apenas com tratamentos meramente medicamentosos voltados ao biologicismo. Atualmente, é oferecido pelo SUS um atendimento diferenciado, humanizado e multidisciplinar voltado especialmente às crianças com TEA, assim como o acolhimento aos familiares.

Praia, et al.⁸ mencionam que o debate sobre os direitos das PCDs no Brasil começou nos anos 1960, defendendo a dignidade das pessoas com deficiência e em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764 que garante os direitos das pessoas com TEA. A partir desse cenário o autismo foi percebido como uma necessidade de inclusão no contexto psicossocial e a

Lei n. 12. 764/2012, foi institucionalizada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo estabelecido diretrizes que favorecem demandas, assim como a operacionalização advinda do Ministério da Saúde e adaptadas às necessidades dos Estados e Municípios sobre o atendimento voltado à pessoa com espectro autista.

O CAPSI (Centro de Atendimento Psicossocial Infantojuvenil) foi criado nos anos 90 e 2000, um serviço com atenção multidisciplinar, diária, direcionada a jovens e crianças com transtornos mentais. Embora o CAPSI não seja voltado exclusivamente ao TEA, já é um avanço a sua inclusão nas políticas de saúde brasileira no contexto do SUS⁹.

Nesse panorama foi estabelecido políticas públicas voltadas à pessoa com TEA como um direito institucionalizado respaldado no princípio de universalidade e acesso do sistema único de saúde. A atenção primária à saúde para pessoas com TEA também é de grande relevância, pois é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde. Ressalta-se a importância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o papel do CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil) no diagnóstico e reabilitação. O diagnóstico precoce é destacado como essencial para a eficácia do tratamento⁸.

Os paradigmas existentes representam algumas dificuldades a serem enfrentadas como o atraso no diagnóstico, falta de profissionais capacitados e infraestrutura inadequada, além da necessidade de promover a inclusão social das pessoas com TEA em novas políticas de saúde e no contexto social. A conscientização profissional em relação ao autismo é um aspecto importante para garantir uma abordagem inclusiva e eficaz no atendimento a pessoas dentro do espectro autista¹⁰.

De acordo com Inácio¹¹, a formação contínua dos profissionais da área de saúde desempenha um papel essencial, pois, por meio de atualizações regulares e baseadas em evidências científicas, é possível que esses profissionais adquiram conhecimento das determinadas características do espectro e aprendam a adaptar o cuidado para atender melhor a esses pacientes. Isso reflete a necessidade de um treinamento que

abarque todos os aspectos do cuidado, incluindo práticas clínicas, quebra de estigmas e a promoção de ambientes acolhedores e adaptados (como a modulação de luzes e sons), fatores que podem reduzir o desconforto em ambientes hospitalares.

Outro ponto fundamental é a atuação multidisciplinar, que envolve, além de médicos e enfermeiros, outros profissionais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Ao reunir essas diferentes áreas de especialização, há a possibilidade de uma visão mais completa, favorecendo não só a criação de abordagens personalizadas, além de beneficiar as famílias, que necessitam muitas vezes de orientação e suporte¹².

É importante destacar que uma abordagem inclusiva na saúde depende não apenas de políticas institucionais de conscientização, mas também de uma mudança cultural no ambiente de trabalho, onde a empatia e a compreensão das diferenças individuais são reforçadas. Além disso, as estratégias de comunicação devem ser adaptadas para facilitar a interação com pacientes autistas, promovendo métodos alternativos quando necessário¹³.

Para que a saúde seja verdadeiramente inclusiva, integral e humanizada não basta apenas implementar políticas institucionais; é necessário promover uma mudança cultural dentro das equipes de trabalho, priorizando a empatia e o reconhecimento das particularidades de cada indivíduo. No atendimento a pessoas com autismo, é fundamental adaptar as formas de comunicação,

utilizando abordagens alternativas que melhorem a interação e atendam às necessidades específicas desses pacientes, garantindo um cuidado mais humanizado e eficaz¹⁴.

Estudo realizado por Tomazelli¹⁵ nos diz que dados sobre o atendimento a crianças com transtorno global do desenvolvimento (TGD) no SUS revelou importantes desafios para a continuidade do cuidado. A taxa de 10% de crianças que não deram seguimento ao tratamento, conforme o estudo, que^{15,16} estar relacionada a diferentes fatores, como dificuldades de acesso ou uma percepção de que o atendimento especializado não era necessário. A falta de clareza quanto às razões para essa descontinuidade reflete uma necessidade urgente de melhorar os mecanismos de acompanhamento e suporte.

O acesso ao CAPSi representa um desafio considerável, principalmente em termos de acessibilidade física e estrutural dos serviços. Muitas famílias enfrentam obstáculos devido à distância dos centros de atendimento, horários inadequados e condições físicas insatisfatórias. Esses fatores agravam a fragmentação do cuidado, especialmente pela ausência de CAPSi em inúmeros municípios, notadamente em áreas menos favorecidas¹⁵.

A distribuição desigual desses centros ao longo do território brasileiro também intensifica a exclusão de crianças que necessitam de cuidados especializados, deixando muitas sem o acompanhamento necessário. Nesse contexto,

a concentração dos serviços em regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste, contrasta com a falta de cobertura em municípios menores e mais afastados, o que reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a interiorização desses serviços^{15,16}.

CONCLUSÃO

A evolução do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) reflete um avanço significativo na oferta de cuidados especializados. Anteriormente, os tratamentos limitavam-se a abordagens tradicionais, mas hoje, o SUS oferece uma assistência multidisciplinar focada nas necessidades individuais dessas crianças, além de apoio às suas famílias.

A integração de uma atenção primária eficaz, a relevância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o diagnóstico precoce são elementos essenciais para a melhoria do tratamento. Ainda assim, desafios persistem, como a capacitação profissional, a infraestrutura inadequada e a inclusão social, que continuam sendo barreiras a serem superadas no cuidado ao TEA. Portanto, é essencial reconhecer o papel das políticas públicas e das iniciativas conjuntas, como a colaboração entre diferentes setores da sociedade, para fortalecer a conscientização e capacitação profissional sobre o autismo.

O estudo revelou importantes desafios no atendimento a crianças com transtorno global

do desenvolvimento (TGD) no SUS, ressaltando a necessidade de melhorar a continuidade do cuidado, a acessibilidade e a qualidade dos serviços.

Embora tenha havido uma expansão dos serviços e um aumento das ações de reabilitação psicossocial, ainda existem lacunas significativas no atendimento especializado, sobretudo devido à falta de CAPSi em muitos municípios. Além disso, as dificuldades no diagnóstico precoce, a baixa oferta de procedimentos terapêuticos especializados e a reclassificação inadequada dos casos apontam para a necessidade de aprimorar tanto a formação dos profissionais quanto os sistemas de registro e acompanhamento. Assim, reforça-se a urgência de políticas públicas que garantam acesso ao diagnóstico e tratamento em regiões afastadas, promovendo uma rede de saúde mais inclusiva e eficiente.

REFERÊNCIAS

1. Constituição Federal do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
2. Brinster, Meredith I., et al. "Improving efficiency and equity in early autism evaluations: the (S) TAAR model." *Journal of Autism and Developmental Disorders* 53.1 (2023): 275-284.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Relatório AIR Portaria GM/MS nº 1.526, de 29 de maio de 2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
4. Psiquiatria, Associação Americana. "DSM-5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Quinta edição (M. Nascimento, P. Machado, R. Garcez, R. Pizzato, & S. Rosa, Trad.). Artmed." (2014).
5. Organização Mundial Da Saúde (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS, 2010.
6. Peduzzi, Marina, et al. "Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e seus desdobramentos no trabalho interprofissional." *Trabalho, Educação e Saúde* 18.suppl 1 (2020): e0024678.
7. Gerds, J., Mancini, J., Fox, E., Rhoads, C., Ward, T., Easley, E., & Bernier, R. A. Interdisciplinary team evaluation: an effective method for the diagnostic assessment of autism spectrum disorder. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 2018.
8. Santos Praia, Gisleine, et al. "Ações da atenção primária à saúde voltadas para pessoas autistas." *Contribuciones a Las Ciencias Sociales* 16.7 (2023): 6371-6385.
9. De Souza Holanda, Alriane; De Almeida Lima, Fernanda Dos S.; Da Silva, Adan Renê Pereira. Autismo: O Papel Do Sistema Único De Saúde No Acolhimento E Tratamento Infantojuvenil. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, v. 4, n. 1, jan-jun, p. 74-88, 2020.
10. Dias, Camila Cristina Vasconcelos. "Mães de crianças autistas: sobrecarga do cuidador e representações sociais sobre o autismo." (2017).
11. Inacio, Sirlene de Oliveira Mario, et al. "Reflexões Sobre Os Direitos Do Autista Na Saúde Pública." *Revista Foco* 17.1 (2024): e4301-e4301.
12. Ferreira, Fábio Gonçalves. "Decisões terapêuticas com pacientes em fim de vida: a visão do residente." (2023).
13. Possato, André, and Beatriz Pereira. "Políticas públicas de saúde nas emergências em desastres: Contribuições da psicologia." *Cadernos De Psicologia* 4.7 (2022).
14. Sarturi, Fernanda. Linhas e nós no acesso aos serviços de saúde pelas pessoas com deficiência-um olhar para educação. Diss. Universidade Federal de Santa Maria, 2018.
15. Tomazelli, Jeane, Vania Reis Girianelli, and Conceição Santos Fernandes. "Incidência de transtorno global do desenvolvimento em crianças: características e análise a partir dos CAPSi." *Psicologia USP* 34 (2023): e210002.
16. Phelps, Randall A., and Tumaini R. Coker. "First, do no harm: improving access in autism diagnostic assessments for children without exacerbating inequities in care." *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics* 40.3 (2019): 217-218.

Observação: os/(as) autores/(as) declaram não existir conflitos de interesses de qualquer natureza.